

# A Segurança Social é um direito!



## Não deixe destruí-la!

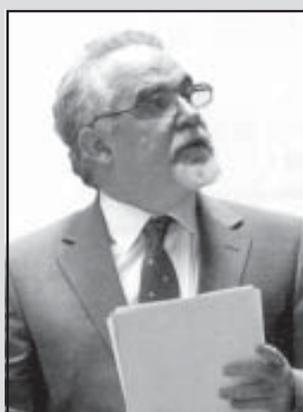
**O Sistema Público de Segurança Social universal e solidário desempenha um papel decisivo na protecção social de todos os portugueses.**

**Presente nos bons momentos – como quando do nascimento de um filho, a Segurança Social faz-se sentir sobretudo quando as dificuldades batem à porta: situações de desemprego, invalidez, doença, exclusão social, entre outras. E ainda num outro momento marcante da vida – a velhice, garantindo o direito a uma reforma ou pensão.**

**A Segurança Social pública é um direito constitucional. É uma garantia para quem vive do seu trabalho ou da sua reforma.**



# Combater mistificações



## A sua falência a prazo?

O governo PS fomenta a ideia de falência a prazo da Segurança Social. Já no passado, as forças de direita – PSD e CDS-PP – o fizeram.



São disto exemplo as declarações do Ministro das Finanças quando anuncia que poderá não haver dinheiro para pagar as pensões em 2015, e a apresentação pelo Governo de um estudo, de duvidosa credibilidade, que perspectiva um cenário negro para o futuro da Segurança Social, visando a manipulação da opinião pública para a aceitação da inevitabilidade de um retrocesso nos direitos sociais.

**O governo PS pretende dar novos passos na destruição da universalidade dos direitos, na manutenção das baixas prestações sociais. É contra isto que é preciso lutar!**

## Os direitos como fonte de perigo?

Não são os direitos à Segurança Social de quem trabalha ou vive da sua reforma, ou se encontra numa situação de pobreza, que constituem os perigos para a sustentabilidade financeira da Segurança Social.

Uma análise rigorosa da situação financeira e da suas causas mostra que, apesar da grave crise económica e social e do desemprego, o Sistema Público de Segurança Social terminou o ano de 2005 com um saldo positivo de 294 milhões de euros.

Os perigos para a Segurança Social resultam das perdas de receitas em resultado da continuação das políticas macro-

-económicas e do pacto de estabilidade, designadamente: os baixos salários dos trabalhadores por conta de outrem, o fecho e deslocalizações de empresas, a economia paralela, a imposição da reforma (não por razões de idade mas por ante-cipação) e o crescente desemprego. O subsídio de desemprego aumentou 106% entre 2001 e 2005, sendo o principal factor de desequilíbrio das contas da Segurança Social. **As políticas em curso agravam esta situação!**

Por falta de recursos humanos e técnicos, o Sistema Público perde diariamente importantes receitas face ao volume da dívida das entidades patronais (3.200 milhões de euros no fim do 1º semestre de 2005), a que acresce a fraude ao pagamento de contribuições por parte dos mais poderosos, a par das subdeclarações de remunerações. **O Governo deveria tomar medidas!**

O Estado despense importantes verbas devido à crescente dependência do Sistema Público de Segurança Social de serviços prestados por empresas privadas. **O governo alimenta esta realidade!**

Os perigos resultam, ainda, da recusa do governo PS em alargar as fontes de financiamento da Segurança Social previstas na lei e de acordo com a riqueza produzida. **A maioria PS recusou uma proposta do PCP neste sentido!**

Alegar que os direitos sociais são um perigo para a sustentabilidade futura da Segurança Social é uma opção política do Governo que tem como objectivo a concentração da riqueza nas mãos do grande patronato e do capital financeiro à custa da regressão de direitos de protecção social. **Este caminho não é inevitável, há outras opções!**



# A regressão nos direitos é inaceitável!

A sobrevivência de 76,4% da população portuguesa depende do seu salário e das suas reformas. Portugal tem uma das mais elevadas taxas de pobreza, envolvendo mais de dois milhões de portugueses, sendo por isso indispensável **um forte sistema público como importante instrumento de correcção das injustiças sociais e de uma mais justa redistribuição da riqueza produzida.**

Um milhão e cem mil reformados (42%) continuam a receber pensões inferiores a 300 euros. Em 2005, a pensão média de invalidez era de 285,5 euros; a pensão média de velhice era somente 319 euros; a pensão de sobrevivência atingia apenas 164 euros. **Manter baixos níveis de reforma é inaceitável!**

É uma mistificação decretar a falência futura da Segurança Social em resultado do envelhecimento da população: o número de activos por pensionista baixou de 3,78 para 1,63 entre 1975 e 2004 mas, em contra-partida, a riqueza criada por empregado aumentou 41 vezes. Isto é, passou de 641 euros para 26.332 euros. **É preciso falar verdade!**

O governo PS pretende alterar os critérios de atribuição do subsídio de desemprego, visando limitar o seu acesso aos desempregados, sem assegurar o direito ao trabalho com direitos e impondo discriminações aos jovens desempregados. **É uma injustiça!**

É igualmente responsável pela **redução do valor do subsídio de maternidade-paternidade** quando a trabalhadora opte por uma licença de 150 dias. **É uma aberração!**

As alterações nos critérios de atribuição do abono de família saldaram-se pela destruição da universalidade deste direito para as crianças e jovens e pela degradação do valor desta importante prestação social. **O PS nada faz para alterar esta situação!**

O Governo impôs o aumento da idade de reforma dos trabalhadores da administração pública, a pretexto de pseudo-critérios de justiça entre trabalhadores, quando esta

medida se insere no objectivo de vir a proceder ao aumento da idade de reforma dos 65 para os 68 anos de todos os trabalhadores. **É inaceitável!**

**O Governo impõe** que, a partir de 2006, os trabalhadores que venham a ser admitidos na administração pública passem a integrar o Sistema Geral da Segurança Social, contribuindo com 11% do seu salário, enquanto o Estado irá contribuir apenas com 12%, contribuição inferior aos 23,75% que devem ser pagos pelas entidades patronais no sector privado.

## Contra estas medidas injustas é preciso lutar!

### Por uma Segurança Social com base em direitos

**O Sistema Público de Segurança Social universal e solidário deve ser defendido dos ataques a que está sujeito, exigindo-se políticas que favoreçam:**

- a melhoria das prestações sociais
- a consolidação da sua sustentabilidade financeira
- uma resposta de qualidade do Sistema Público às necessidades dos seus contribuintes/beneficiários
- a defesa das condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores da segurança social
- a garantia de participação dos interessados.

# O PCP toma a iniciativa



## Em defesa da Segurança Social pública

O PCP tomou a iniciativa de realizar um debate sobre a Segurança Social no passado dia 15 de Março, na Assembleia da República.

Porque recusa discursos fáceis, alarmistas e pouco rigorosos, o PCP apresentou soluções para garantir a sustentabilidade futura da Segurança Social, demonstrando que são possíveis novas medidas que visem melhorar as modalidades de prestações sociais com cobertura de novas situações de risco; alargamento das fontes de financiamento da Segurança Social, ampliando assim as garantias de sustentabilidade financeira da Segurança Social, a médio e longo prazo.

**A maioria parlamentar do PS, com o apoio do PSD e CDS-PP, votou contra todas propostas do PCP, que visavam:**

- a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social através da criação de uma nova forma de contribuição às empresas em função da sua riqueza (valor acrescentado bruto). **O PS votou contra.**
- o reforço dos meios afectos ao combate à evasão e fraude no pagamento das contribuições à Segurança Social e revisão do regime de contra-ordenações neste âmbito, para evitar que a dívida declarada à Segurança Social esteja a aumentar mais do que a dívida recuperada. **O PS votou contra.**
- o pagamento gradual da dívida do Estado ao Regime Geral de Segurança Social devido à utilização de dinheiros deste regime para pagar despesas que não deveriam ser pagas por este regime. **O PS votou contra.**

## O PCP propôs ainda:

- a criação de um imposto extraordinário de 0,25% sobre todas as transacções realizadas na bolsa, cuja receita reverteria integralmente para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, assegurando a cobertura das despesas previsíveis com pensões por um período de dois anos e em situação de saldo negativo do regime previdencial. **O PS votou contra.**

- assegurar uma maior transparência na despesa relativa à Acção Social aferindo-se da relação existente entre o esforço financeiro do Estado e o cumprimento dos fins a que se destinam: o combate à pobreza e exclusão social e a garantia de acesso das camadas mais desfavorecidas à rede de equipamentos sociais existentes nas diversas valências (infância, idosos, deficiência, etc.). **O PS votou contra.**

## Por melhores prestações sociais

O PCP apresentou a 8 de Março na Assembleia da República iniciativas legislativas visando o reforço das medidas de protecção da função social da maternidade-paternidade e em defesa do direito das crianças à protecção social:

- **A criação de um subsídio social de maternidade-paternidade:** destinado a mulheres e homens que não cumpram os prazos de garantia para acesso às prestações de maternidade e paternidade, de montante igual ao valor da pensão social, pelo prazo de 120 dias;
- **Reforço das prestações familiares:** através da criação de um subsídio de nascimento e adopção a todas as crianças até aos 12 meses de vida; universalização do direito ao abono de família até aos 18 anos.

O PCP requereu a apreciação parlamentar do «Complemento Extraordinário para idosos» face a uma medida que introduz inaceitáveis exigências aos reformados com pensões inferiores a 300 euros.

## O caminho é de luta.

**Junte-se a nós no protesto e luta em defesa do Sistema Público!**

**A Segurança Social é a sua garantia. É um direito para as gerações futuras!**

### JUNTA-TE A NÓS

Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo

NOME \_\_\_\_\_

MORADA \_\_\_\_\_

CÓDIGO POSTAL \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Recorte e envie para:

Partido Comunista Português

Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

[www.pcp.pt](http://www.pcp.pt)

e-mail: [pcp@pcp.pt](mailto:pcp@pcp.pt)

